



MDHC

MDI
Ministério do Desenvolvimento
Instituto do Meio Ambiente

IBGE

INMET

AGU

ANEEL

MINISTÉRIO
SAÚDE

MEC

5º Simulado Especial

CONCURSO NACIONAL UNIFICADO

BLOCO 1

Infraestrutura, Exatas e
Engenharia - Pós-Edital

MINISTÉRIO
DA SAÚDE

MEC

OPREVIC

ANEEL

MJSP

ANTAQ

ANS

MinC
MINISTÉRIO DA CULTURA

GESTÃO
gov.br

Simulado

5º Simulado Especial CNU-BT1 (Infraestrutura, Exatas e Engenharia)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e Engenharia do CNU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/x2VvXStLnHs6RaUN6>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 15 - A B C D E | 29 - A B C D E | 43 - A B C D E | 57 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 16 - A B C D E | 30 - A B C D E | 44 - A B C D E | 58 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 17 - A B C D E | 31 - A B C D E | 45 - A B C D E | 59 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 18 - A B C D E | 32 - A B C D E | 46 - A B C D E | 60 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 19 - A B C D E | 33 - A B C D E | 47 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 20 - A B C D E | 34 - A B C D E | 48 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 21 - A B C D E | 35 - A B C D E | 49 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 22 - A B C D E | 36 - A B C D E | 50 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 23 - A B C D E | 37 - A B C D E | 51 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 24 - A B C D E | 38 - A B C D E | 52 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 25 - A B C D E | 39 - A B C D E | 53 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 26 - A B C D E | 40 - A B C D E | 54 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 27 - A B C D E | 41 - A B C D E | 55 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 28 - A B C D E | 42 - A B C D E | 56 - A B C D E | 70 - A B C D E |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/VFhi>

CONHECIMENTOS GERAIS**POLÍTICAS PÚBLICAS***Rodrigo Rennó*

01. A elaboração e implementação de políticas públicas envolve um processo complexo e multidimensional, que inclui a análise e a escolha de alternativas para resolver problemas sociais. Qual das seguintes opções melhor descreve uma característica essencial das políticas públicas que as distingue de outras ações governamentais?

- a) Políticas públicas são sempre de natureza coercitiva, obrigando a sociedade a seguir regras estritas sem espaço para negociação.
- b) Políticas públicas devem ser desenvolvidas com base em uma ampla consulta pública e participação dos cidadãos, buscando legitimar e melhorar a efetividade das ações governamentais.
- c) Políticas públicas são desenhadas exclusivamente para beneficiar grupos específicos dentro da sociedade, sem considerar o bem-estar geral.
- d) Políticas públicas são planejadas sem a necessidade de avaliação contínua de seus resultados e impactos ao longo do tempo.
- e) Políticas públicas são criadas apenas para resolver problemas de curto prazo, sem considerar os efeitos de longo prazo das ações implementadas.

02. Theodore Lowi propôs uma tipologia influente para classificar as políticas públicas. Segundo esta tipologia, qual das seguintes opções melhor descreve as políticas "redistributivas"?

- a) Políticas que estabelecem as regras do jogo político, organizando e regulando o funcionamento do governo e suas relações com os cidadãos.
- b) Políticas que distribuem recursos de forma direta a grupos específicos, com pouco ou nenhum impacto para a sociedade em geral.

c) Políticas que impõem regulações que restringem ou direcionam comportamentos de indivíduos ou grupos, afetando a sociedade de maneira ampla.

d) Políticas que envolvem realocação de recursos de um grupo para outro, frequentemente gerando alto grau de conflito político.

e) Políticas que se concentram exclusivamente em intervenções emergenciais, como respostas a desastres naturais ou crises econômicas.

03. A burocracia de nível de rua desempenha um papel crucial na implementação de políticas públicas, estando na linha de frente do governo e tendo interações diretas com os cidadãos. Qual das seguintes opções melhor descreve um desafio comum enfrentado pelos burocratas de nível de rua?

- a) Implementar políticas públicas sem a necessidade de prestar contas a superiores hierárquicos.
- b) Lidar com a pressão de alta demanda por serviços com recursos limitados, o que pode impactar a qualidade do atendimento.
- c) Criar novas legislações e regulamentos que serão implementados por outros órgãos governamentais.
- d) Participar de negociações internacionais e representar o país em conferências globais.
- e) Supervisionar a administração financeira de grandes orçamentos governamentais sem restrições.

**DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Adriane Fauth*

04. O sistema de governo está relacionado com a maneira como funciona a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo de um país, tendo sido adotado no Brasil o tipo presidencialista.

No que tange ao sistema presidencialista, tem-se como pressuposto a ideia de que

- a) O presidencialismo é um sistema típico das monarquias.
- b) o sistema de freios e contrapesos garante a soberania de cada poder, viabilizando a arbitrariedade administrativa ao Presidente da República.
- c) a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- d) inexistente a tipicidade de funções, dado que o Presidente pode exercer tipicamente tanto a capacidade executiva, quanto a legislativa e jurisdicional.
- e) a separação dos Poderes delimita a atividade estatal de legislação, acarretando uma relação dependente e harmônica entre os organismos políticos.

05. A respeito do Estado de Direito e democracia assinale a alternativa correta:

- a) O Estado de Direito surge a partir das revoluções grevistas do século XIX.
- b) O Estado de Direito está diretamente ligado ao princípio da eficiência.
- c) Uma democracia pressupõe a existência de direitos e garantias fundamentais, mas não a superioridade da Constituição.
- d) A cidadania plena alcança-se com o exercício de direitos políticos.
- e) A democracia deliberativa é aquela em que há participação do povo não apenas na escolha de representantes, mas especialmente durante todo o processo de tomada de decisões, devendo o Estado assegurar um espaço aberto, livre e igualitário para os indivíduos participarem.

**DESAFIOS DO ESTADO
DE DIREITO: DEMOCRACIA E CIDADANIA***Ricardo Torques*

06. Sobre o sistema de governo presidencialista, assinale a alternativa correta:

- a) No presidencialismo, o Presidente da República exerce plenamente o Poder Executivo, acumulando as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- b) No presidencialismo, as relações entre o Executivo e o Legislativo são mais flexíveis, admitindo maiores interferências.
- c) Desde a Proclamação da República, o Brasil sempre adotou o presidencialismo como sistema de governo.
- d) No presidencialismo, há a separação das funções de chefe de estado, comando do poder executivo e políticas públicas, e chefe de governo, representante da unidade nacional e da legitimidade do Estado.
- e) O Brasil não pode ser classificado como um “presidencialismo de coalizão”.

07. Amanda, ao entrar em um estabelecimento comercial, recebeu agressões verbais de outro cliente da loja, que gritava ofensas relacionadas à raça de Amanda. Indignada com a situação, Amanda procurou um advogado para saber mais sobre o crime. O advogado então informou que:

- a) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- b) O repúdio ao racismo não é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime não é considerado inafiançável, mas é imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- c) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial não é espécie do gênero de racismo.
- d) O repúdio ao racismo é um dos princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo.
- e) O repúdio ao racismo é um dos princípios fundamentais do Brasil. O crime é considerado inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. O crime de injúria racial é espécie do gênero de racismo;

ÉTICA E INTEGRIDADE

Antônio Daud

08. Quanto à transparência ativa, assinale a alternativa que CONTRARIA o Decreto 11.529/2023:

- a) como forma de atender ao direito das pessoas de terem acesso às informações e aos dados

produzidos pela administração pública federal deve se dar ênfase na transparência ativa.

- b) a definição de prioridades de transparência ativa deve considerar o foco no cidadão.
- c) será realizada por meio da divulgação de dados e informações nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
- d) as ações de transparência ativa se darão em cumprimento às normas vigentes, por demanda ou interesse coletivo ou geral da sociedade e por iniciativa dos órgãos públicos.
- e) a Advocacia-Geral da União (AGU) manterá o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal para divulgar dados e informações sobre a gestão de recursos públicos e sobre servidores públicos.

09. Considerando as regras legais sobre a transformação digital da Administração Pública, em especial a Lei 14.129/2021, pode-se afirmar que NÃO É finalidade do mecanismo de interoperabilidade de dados entre órgãos públicos:

- a) aprimorar a gestão de políticas públicas.
- b) aumentar a confiabilidade dos cadastros, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes.
- c) viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos.
- d) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, sendo vedado realizar o tratamento de informações a partir do número de inscrição do cidadão no CPF.
- e) facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, buscando o reaproveitamento, sempre que possível, de recursos de infraestrutura de acesso a dados por múltiplos órgãos.

DECRETO NO 1.171/1994; DECRETO NO 9.203*Tiago Zanolla*

10. Durante uma conferência sobre governança pública, os servidores judiciais do Tribunal Regional discutiam os princípios fundamentais estabelecidos pelo recente Decreto, que visava aprimorar a administração pública. Os tópicos incluíam a definição de governança pública, valor público, alta administração e gestão de riscos.

Com base no Decreto apresentado, identifique a alternativa correta sobre os conceitos discutidos:

- a) Governança pública é o processo de identificar, avaliar e gerenciar eventos que possam afetar a organização, estabelecido pela alta administração.
- b) Valor público refere-se aos produtos e resultados que atendem exclusivamente às necessidades da administração interna, sem considerar demandas públicas.
- c) Alta administração inclui Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial e servidores de nível 1 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.
- d) Gestão de riscos é um processo temporário estabelecido pela alta administração para identificar eventos de curto prazo que possam impactar a organização.
- e) Governança pública consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

TRANSPARÊNCIA E IMPARCIALIDADE NOS USOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ÂMBITO DO SERVIÇO PÚBLICO*Paolla Ramos*

11. A crescente utilização da Inteligência Artificial (IA) em diversos setores da sociedade tem impulsionado a necessidade de criação de legislações específicas para regular seu desenvolvimento e aplicação. Essas normas buscam assegurar que a IA seja utilizada de maneira ética, responsável e benéfica, tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. No Brasil, a Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) e a Resolução CNJ 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) são exemplos de esforços normativos que estabelecem diretrizes e objetivos para o uso da IA, particularmente no setor público.

A respeito das legislações aplicadas ao uso da Inteligência Artificial, identifique o item INCORRETO:

- a) A Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) tem como ponto de partida a definição de objetivos estratégicos que levam em consideração todo o ecossistema tecnológico, e que poderão posteriormente ser desdobrados em ações mais específicas.
- b) São objetivos da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA) contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso de IA responsáveis; promover investimentos sustentados em pesquisa e desenvolvimento em IA; remover barreiras à inovação em IA, entre outros.
- c) A IA deve beneficiar as pessoas e o planeta, impulsionando o crescimento inclusivo, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar.
- d) Em relação à Resolução CNJ 332/2020, a Inteligência Artificial, no âmbito do Poder Judiciário, visa promover o bem-estar dos jurisdicionados e a prestação equitativa da jurisdição, bem como descobrir métodos e práticas que possibilitem a consecução desses objetivos.

e) Conforme a Resolução CNJ 332/2020, as decisões judiciais apoiadas em ferramentas de Inteligência Artificial devem preservar a igualdade, a discriminação, a pluralidade e a solidariedade, auxiliando no julgamento justo, com criação de condições que visem eliminar ou minimizar a opressão, a marginalização do ser humano e os erros de julgamento decorrentes de preconceitos.

incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde.

13. Segundo a política de cotas, que garante a reserva de vagas em concursos públicos, pessoas com deficiência terão direito de concorrerem em vagas próprias, o que demonstra a preocupação do Estado em promover ações afirmativas em benefícios de populações vulneráveis.

A partir do atual entendimento jurisprudencial e das normas mais recentes sobre o Direito da Pessoa com Deficiência, julgue os itens a seguir.

12. Com o julgamento que culminou na total improcedência da ADI 3239, o STF decidiu pela constitucionalidade do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, sem ressalvas ou condicionantes. Sobre a população remanescente de quilombo,

a) são definidos como sendo grupos étnico-raciais que comprovem a ancestralidade sob a liderança comum de Zumbi dos Palmares

b) Nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, consagrou-se a “consciência da própria identidade” como critério para determinar os grupos tradicionais — indígenas ou tribais — entendimento não consolidado em meio à jurisprudência brasileira

c) são legitimados de inúmeras ações afirmativas que visam promover uma reparação histórica, excetuada a aplicação da política que prevê a reserva de vagas

d) tem assegurado direito à emissão de justo título de propriedade, mediante comprovação de descendência

e) Os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos serão beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde,

I. Segundo a Súmula 552 do STJ, posicionamento atual e preponderante, o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos.

II. Considera-se deficiência auditiva a limitação de longo prazo da audição, bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, obstrui a participação plena e efetiva da pessoa na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

III. Tanto para aqueles que têm perda auditiva unilateral total, quanto para as pessoas que possuem visão monocular, aplicar-se-ão todas as normas de promoção da inclusão de pessoas com deficiência.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Todas as assertivas
- e) Nenhuma das assertivas

14. A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem importante papel consolidador das inúmeras jurisprudências firmadas. Em recente edição, datada de 21 de junho de 2024, Edição nº 238, reuniu importantes decisões sobre os Direitos Relativos à Diversidade. Nesse sentido, julgue os itens a seguir classificando-os como verdadeiros (V) ou falsos (F).

- () A pessoa transgênero tem direito fundamental objetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil independentemente da realização de cirurgia de transgenitalização.
- () Operadora do plano de saúde fica obrigada a promover cobertura de cirurgias de transgenitalização e de plástica mamária com implantação de próteses em mulher transexual.
- () Sobre o direito à orientação sexual e de gênero, tem-se importante alteração sofrida pela Lei Maria da Penha, a qual passa a prever que tas uniões homoafetivas terão o caráter de entidade familiar.

Assinale a alternativa que corresponde a sequência correta:

- a) V-V-V
- b) V-V-F
- c) F-V-V
- d) F-F-F
- e) F-V-F

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇA CLIMÁTICA.

André Rocha

15. Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Região semiárida mais populosa do mundo, a Caatinga pode alcançar a marca de 90% de seu território com perda de espécies da fauna e flora graças às mudanças climáticas. É o que mostram dois estudos baseados nas projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

De acordo com o doutor em ecologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professor visitante da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mario Ribeiro de Moura, uma das áreas mais afetadas está na Bahia, compreendendo a Chapada Diamantina e o sul do estado.

A Caatinga é um bioma exclusivamente brasileiro e o quarto do país em área geográfica, cobrindo 9,9% do território nacional. Ele fica atrás de Amazônia (49,3%), Cerrado (23,9%), e Mata Atlântica (13%), mas, mesmo proporcionalmente, existe uma enorme discrepância em termos de áreas protegidas. Apenas 1,3% da Caatinga está sob proteção, enquanto a Amazônia chega a 49%.

Ainda que naturalmente adaptadas ao clima seco, as estratégias das mais de três mil espécies principais de plantas e animais que compõem a biodiversidade da Caatinga podem não ser suficientes. Com temperaturas cada vez mais altas e períodos de chuvas cada vez mais curtos, o bioma, aos poucos, perde suas riquezas.”

Fonte: Até a Caatinga está ameaçada: mudanças climáticas podem destruir 90% do bioma. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/asterisco/ate-a-caatinga-esta-ameacada-mudancas-climaticas-podem-destruir-90-do-bioma-0724>

Sobre o tema, julgue os itens a seguir.

- I - O bioma Amazônia é o menos afetado pelas mudanças climáticas devido à sua grande extensão e diversidade de espécies, que garantem sua resiliência.
- II - O Cerrado é altamente vulnerável às mudanças climáticas, com previsões de aumento da temperatura e redução das chuvas, o que pode levar à savanização e à perda de biodiversidade.
- III - O Pantanal, como maior planície alagada do mundo, é capaz de se adaptar às mudanças no regime de chuvas e na temperatura, mantendo sua biodiversidade praticamente intacta.

Está(ão) correto(s) somente o(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) II
- e) I, II e III

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL*Herbert Almeida*

16. João é servidor público federal, ocupante de cargo efetivo, e pretende se candidatar para cargo eletivo. Buscando se tornar conhecido pelos eleitores, João determinou a veiculação de seu nome nas publicidades oficiais do órgão em que atua, promovendo inequívoco enaltecimento de sua pessoa e personalização de atos e de obras públicas. Após denúncia anônima, o fato se tornou conhecido por Maria, chefe de João, que determinou a instauração de procedimento para apuração. Considerando essa situação, assinale a opção correta com base nas disposições constitucionais, legais e doutrinárias da Administração Pública:

- a) a conduta de João ofende o princípio da publicidade, uma vez que a Constituição Federal determina que a publicidade oficial dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- b) para concorrer ao mandato eletivo, João poderá gozar de licença para atividade política, que será remunerada a partir do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- c) se fosse o caso de punir João, Maria poderia instaurar o processo administrativo disciplinar com base apenas na denúncia anônima.
- d) se fosse eleito, João teria que se afastar do cargo efetivo para assumir o mandato eletivo, podendo optar pela remuneração mais vantajosa, ou seja, poderia escolher entre a remuneração do cargo efetivo ou o subsídio do mandato eletivo.
- e) se João for eleito sucessivamente ao cargo eletivo, ficará sujeito à aposentadoria compulsória, no mandato eletivo, ao completar 75 anos de idade.

17. Ana é servidora pública federal e exerce cargo de professora universitária. Buscando aumentar os seus rendimentos mensais, prestou novo concurso, dessa vez para atuar como professora do ensino médio, na rede estadual, obtendo êxito na aprovação e nomeação. Todavia, considerando que estava perto de sua aposentadoria no cargo federal, Ana questionou um especialista sobre a possibilidade de acumulação das remunerações dos cargos e, posteriormente, sobre a possibilidade de acumulação de proventos da aposentadoria.

Tendo em vista a previsão da Lei nº 8.112/90 e da Constituição Federal, o especialista respondeu corretamente que:

- a) Ana deverá optar por um dos cargos, uma vez que é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos federais com estaduais.
- b) a autorização para acumulação de cargos dispensa a comprovação da compatibilidade de horários, salvo quando a carga-horária for superior a sessenta horas semanais.
- c) quando Ana se aposentar, terá que optar pela remuneração de um dos cargos, para convertê-la em proventos de inatividade, pois não é possível acumular proventos de uma aposentadoria com remuneração de um cargo ou proventos de duas aposentadorias.
- d) é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência social com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- e) Ana poderia acumular, na atividade, o cargo efetivo com um cargo em comissão, se houvesse compatibilidade de horários.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

18. O controle do nível do produto agregado, com o objetivo de atenuar o impacto social e econômico das crises cíclicas da economia, está relacionado à função estatal denominada, segundo Musgrave:

- a) alocativa;
- b) distributiva;
- c) estabilizadora;
- d) regulatória;
- e) orçamentária.

19. Um determinado país adotou o regime de metas de inflação, a ser implementado pelo banco central.

Se a inflação no país exceder as expectativas, superando a meta estabelecida, o banco central deve, para controlar a inflação:

- a) aumentar a taxa de juros básica da economia.
- b) reduzir os gastos do setor público.
- c) aumentar os impostos pagos pelos contribuintes.
- d) alterar a taxa de câmbio, desvalorizando a moeda nacional.
- e) aumentar os impostos sobre as exportações.

NOÇÕES DE ORÇAMENTO PÚBLICO*Leandro Ravelle*

20. A prefeitura de uma cidade média, devido à recente crise econômica, procura aumentar sua capacidade de investimento por meio de transferências voluntárias da União. O prefeito deseja entender as condições estipuladas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) LC 101/2000 para receber tais transferências. Considerando as normas da LRF, analise as alternativas abaixo e assinale a correta:

- a) A prefeitura pode receber transferências voluntárias da União apenas se estiver em dia com a contribuição para o regime de previdência dos seus servidores, independentemente de sua situação com outras obrigações tributárias.
- b) Para receber transferências voluntárias, a prefeitura deve demonstrar adimplência com suas obrigações junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), mas não é necessário cumprir limites de despesa com pessoal.
- c) A prefeitura precisa garantir apenas a aplicação de no mínimo 15% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino para receber transferências voluntárias.
- d) As Transferências voluntárias para a prefeitura estão condicionadas à implementação de medidas de redução de despesas com pessoal que excedam os limites estabelecidos pela LRF.
- e) Uma prefeitura somente pode receber transferências voluntárias se estiver cumprindo os limites de despesa com pessoal e estiver em dia com suas obrigações tributárias, de acordo com o Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

EIXO TEMÁTICO 1**GESTÃO GOVERNAMENTAL***Elisabete Moreira*

21. O *balanced scorecard* (BSC) é uma ferramenta desenvolvida por Kaplan e Norton que permite a construção do planejamento estratégico efetivo para as Instituições Públicas, a exemplo do mapa estratégico do PPA 2024-2027, que promove um alinhamento com as diversas agendas transversais, contemplando diversas áreas e ministérios, distribuídos em eixos, objetivos estratégicos e programas. (mapa estratégico disponível no sítio <https://www.gov.br/planejamento/documents-hospedados-para-gerar-qrcodes/mapa-estrategico-do-ppa>).

Acerca do planejamento governamental, do Balance Scorecard e da metodologia OKR – *Objectives and Key Results* – avalie as alternativas e aponte a correta.

- a) O planejamento governamental busca conjugar a vontade política com as especificidades técnicas para atingir seus objetivos. Os Objetivos estratégicos são declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças a serem realizadas e devem ser quantificáveis a partir dos indicadores-chave, os quais serão atribuída uma meta a ser atingida.
- b) O BSC funciona como uma ferramenta gerencial, adaptado à administração pública, podendo apresentar somente três perspectivas, a exemplo da perspectiva financeira, do cliente ou sociedade e governamental.
- c) O BSC é uma ferramenta utilizada para planejar a estratégia organizacional, privilegiando na administração pública a perspectiva da sociedade. Busca estratégias e ações equilibradas em todas as áreas que afetam o negócio como um todo.
- d) O planejamento governamental utiliza a metodologia OKR que prevê a definição dos objetivos, preferencialmente, em ciclos mais

longos, com iniciativas que incentivem o alcance das metas. Busca segmentar os objetivos da instituição, da equipe e das pessoas em resultados cuja medição seja possível.

- e) Para a definição dos objetivos, a metodologia OKR utiliza predominantemente o modelo *top-down*, a fim de obter o alinhamento estratégico necessário para que a implementação dos objetivos ganhe força e velocidade junto às equipes.

22. De acordo com Chiavenato, mais importante que o Plano é o processo de construção do planejamento estratégico, que envolve a definição de processos e projetos que precisam ser gerenciados, para a alcance dos resultados desejados, promovendo as mudanças que a organização necessita. Acerca dos temas, assinale a alternativa correta.

- a) Nos processos de verificação dos impactos dos projetos governamentais, a avaliação precisa de informações do processo de monitoramento e deve ser realizada por equipe mista – interna e externa – por questões de confiabilidade dos dados.
- b) A estratégia de liderança de custo tem a menor variedade possível de produtos para aproveitar as economias de escopo.
- c) Nas avaliações dos projetos governamentais, a avaliação formativa procura investigar como o programa funciona e, também, avaliar as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados.
- d) O gerenciamento por processos diferencia-se do gerenciamento de projetos porque esse identifica tanto os clientes quanto os fornecedores, assim como as entradas e saídas.
- e) Uma organização que atua com estratégia de enfoque procura ser a única empresa com certos atributos valiosos e importantes para todos os compradores da indústria.

23. Quando se trata de gestão de projetos, o Termo de Abertura do Projeto (TAP) é um documento que formalmente autoriza a existência de um projeto e dá ao gerente do projeto a autoridade necessária para aplicar recursos organizacionais às atividades do projeto. A Especificação do Trabalho do Projeto (ETP) é uma descrição narrativa dos produtos, serviços ou resultados a serem entregues por um projeto. Levando-se em consideração a ETP, qual o elemento que ela informa como entrada para desenvolver o TAP.

- a) Necessidade de negócios de uma organização, que pode ser baseada numa demanda de mercado, avanço tecnológico, requisito legal, uma regulamentação governamental ou uma consideração ambiental.
- b) O plano de gerenciamento do projeto, que define, prepara e coordena todos os planos auxiliares e integra-os a um plano de projeto abrangente.
- c) A realização do controle integrado de mudanças que mostra como se deve realizar todas as mudanças, como aprová-las e gerenciá-las.
- d) O plano de gerenciamento de riscos que define como conduzir as atividades de gerenciamento dos riscos de um projeto.
- e) O plano de gerenciamento da qualidade que identifica os requisitos e/ou padrões de qualidade e suas entregas.

GESTÃO DE RISCOS

Rodrigo Rennó

24. O tratamento de riscos é um componente crucial da gestão de riscos, envolvendo a aplicação de medidas para modificar os riscos. Qual das seguintes opções melhor exemplifica uma estratégia eficaz de tratamento de riscos?

- a) Aceitar todos os riscos identificados sem implementar qualquer medida de mitigação, confiando que as consequências serão mínimas.

- b) Transferir todos os riscos para uma única entidade externa, independentemente da capacidade dessa entidade de gerenciar os riscos adequadamente.
- c) Implementar uma combinação de mitigação, transferência, aceitação e evitação de riscos, com base na avaliação detalhada de cada risco específico.
- d) Evitar qualquer atividade que possa introduzir um novo risco, mesmo que isso impeça o crescimento e a inovação organizacional.
- e) Focar exclusivamente na mitigação de riscos financeiros, ignorando outros tipos de riscos como os operacionais, estratégicos e de conformidade.

25. A gestão de riscos é uma prática essencial nas organizações para identificar, avaliar e mitigar possíveis ameaças aos objetivos organizacionais. Qual das seguintes opções melhor exemplifica um passo fundamental no processo de gestão de riscos?

- a) Ignorar riscos que parecem improváveis, concentrando-se apenas nos mais evidentes.
- b) Avaliar e priorizar riscos com base em sua probabilidade e impacto, desenvolvendo estratégias para mitigá-los.
- c) Envolver apenas a alta administração no processo de gestão de riscos, sem consultar outras partes interessadas.
- d) Implementar um plano de ação para todos os riscos identificados, independentemente de sua gravidade ou probabilidade.
- e) Tratar os riscos identificados como problemas isolados, sem considerar suas possíveis interconexões e efeitos cumulativos.

26. A gestão de riscos é um processo contínuo e sistemático que visa identificar, avaliar e mitigar os riscos que possam afetar os objetivos de uma organização. Qual das seguintes opções melhor descreve um componente essencial da gestão de riscos?

- a) Evitar completamente todas as atividades que possam introduzir algum risco para a organização.
- b) Desenvolver uma cultura organizacional que incentive a comunicação aberta e a identificação proativa de riscos.
- c) Delegar a responsabilidade pela gestão de riscos apenas ao departamento de auditoria interna.
- d) Focar exclusivamente na mitigação de riscos financeiros, ignorando outros tipos de riscos.
- e) Implementar um plano de resposta aos riscos apenas após a ocorrência de um evento adverso.

SUSTENTABILIDADE DAS CONTRATAÇÕES

André Rocha

27. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) trouxe inovações importantes em relação à sustentabilidade. Em relação às disposições dessa lei sobre sustentabilidade, assinale a alternativa correta:

- a) A nova Lei de Licitações exclui a exigência de critérios ambientais na avaliação de propostas, priorizando o menor preço como fator decisivo.
- b) A Lei nº 14.133/2021 permite que a Administração Pública estabeleça critérios de sustentabilidade para contratos de obras públicas, excluindo aquisições de bens e serviços.
- c) Os anteprojetos de engenharia e os projetos básicos devem considerar o impacto ambiental do empreendimento.
- d) No processo de licitação, deve ser estabelecida margem de preferência para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis.
- e) O “desenvolvimento nacional sustentável” é um visto como um fundamento do processo licitatório.

CONTROLES INTERNOS E EXTERNOS E LGPD

Antônio Daud

28. Assinale a alternativa que NÃO prevê órgão componente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), segundo dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD:

- a) Conselho Diretor, seu órgão máximo de direção.
- b) Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD).
- c) Corregedoria.
- d) Procuradoria.
- e) Conselho Fiscal.

29. Em relação controle externo judicial dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que:

- a) realiza exclusivamente o controle de legalidade dos atos administrativos.
- b) permite aferir a legalidade do exercício do poder discricionário por parte do administrador público.
- c) não poderá utilizar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade como critérios para exame da conduta do administrador.
- d) não poderá substituir o mérito do administrador, contido no ato, pelo seu juízo de conveniência.
- e) em razão do princípio da inércia da jurisdição, em regra não age de ofício, apenas mediante provocação dos legitimados.

30. Em relação a processo de padronização e às regras legais aplicáveis às compras governamentais, assinale a alternativa que CONTRARIA a Lei 14.133/2021:

- a) O processo de padronização deverá conter parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia, despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão, bem como síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.
- b) É permitida a padronização com base em processo de outro órgão ou entidade de nível federativo igual ou superior ao do órgão adquirente, devendo o ato que decidir pela adesão a outra padronização ser devidamente motivado, com indicação da necessidade da Administração e dos riscos decorrentes dessa decisão, e divulgado em sítio eletrônico oficial.
- c) As contratações de soluções baseadas em software de uso disseminado serão disciplinadas em regulamento que defina processo de gestão estratégica das contratações desse tipo de solução.
- d) Quando houver a possibilidade de compra e também de locação de bens, o estudo técnico preliminar (ETP) deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa, a fim de subsidiar a decisão entre estas alternativas.
- e) A Administração poderá exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras do licitante provisoriamente vencedor, para atender a diligência ou, durante a fase de habilitação, como requisito de qualificação técnica.

EIXO TEMÁTICO 2**POLÍTICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO***Jonathan Roitman*

31. Para compreendermos a dinâmica das medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, precisamos conhecer, previamente, algumas definições, dentre elas, a definição de Incubadora de Empresas. A alternativa que a conceitua corretamente é:

- a) Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho
- b) Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos
- c) Estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei
- d) Organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação
- e) Complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de

inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si

LEGISLAÇÃO SOBRE DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL E PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS, LETRA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO, CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. LEI N° 10.931/2004 E ALTERAÇÕES

Cadu Carrilho

32. A respeito das regras legais sobre a propriedade industrial, especificamente sobre a extinção das patentes. A patente extingue-se, exceto nos casos de:

- a) pela expiração do prazo de vigência;
- b) pela renúncia de seu titular, ressalvado o direito de terceiros;
- c) pela inobservância da regra de que a pessoa domiciliada no exterior deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações.
- d) pela caducidade;
- e) pela morte do titular da patente.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Paulo Sousa

33. De acordo com o disposto na Lei 8.171/1991 (Política Agrícola), a política fundamenta-se nos seguintes pressupostos, exceto:

- a) a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos, onde os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados, subordinando-se às normas e princípios de interesse público, de forma que seja cumprida a função social e econômica da propriedade.
- b) sistematizar a atuação do Estado para que os diversos segmentos intervenientes da agricultura possam planejar suas ações e investimentos numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor
- c) o adequado abastecimento alimentar é condição básica para garantir a tranquilidade social, a ordem pública e o processo de desenvolvimento econômico-social
- d) como atividade econômica, a agricultura deve proporcionar, aos que a ela se dedicam, rentabilidade compatível com a de outros setores da economia
- e) o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E RESOLUÇÕES CONAMA*André Rocha*

34. Considerando a legislação ambiental em vigor no Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- a) O serviço regionalizado de saneamento básico pode obedecer a plano regional de saneamento básico elaborado para o conjunto de Municípios atendidos.
- b) É proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, ainda que para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.
- c) Na prestação de serviços de transporte público coletivo, o poder público delegante deve realizar atividades de fiscalização e controle dos serviços delegados, preferencialmente em parceria com os demais entes federativos.
- d) Os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) são o Instituto Chico Mendes (ICMBio) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), em caráter supletivo, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação.
- e) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental deve ter decretada sua liquidação forçada.

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL*Paulo Sousa*

35. Sobre o que dispõe a Lei 6.739/79 (Matrícula e o registro de imóveis rurais), assinale a alternativa correta

- a) A requerimento de pessoa jurídica de direito público ou privado ao Corregedor-Geral da Justiça, são declarados inexistentes e cancelados a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito.
- b) Nas ações anulatórias de registro ou de matrícula de imóvel rural, a citação será pessoal a todos os réus.
- c) O Corregedor-Geral, quando em inspeção ou correição verificar a ocorrência de graves irregularidades, determinará exames ou vistorias nos respectivos livros de registros, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- d) A retificação de registro sempre será feita por serventuário competente, independentemente de despacho judicial
- e) É de dez anos, contados do trânsito em julgado da decisão, o prazo para ajuizamento de ação rescisória relativa a processos que digam respeito a transferência de terras públicas rurais.

LEI N° 12.111/2009 E ALTERAÇÕES (DISPÕE SOBRE OS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA NOS SISTEMAS ISOLADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS)*Thais Martins*

36. De acordo com a Lei nº 12.111 de 9 de dezembro de 2009, como as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de distribuição de energia elétrica nos Sistemas Isolados devem atender à totalidade dos seus mercados?

- a) Elas devem atender à totalidade dos seus mercados por meio de contratação direta sem necessidade de licitação.
- b) Elas devem atender à totalidade dos seus mercados por meio de licitação na modalidade de concorrência ou leilão realizada pela ANEEL, conforme diretrizes do Ministério de Minas e Energia.
- c) Elas devem atender à totalidade dos seus mercados utilizando apenas fontes de energia renovável.
- d) Elas devem atender à totalidade dos seus mercados por meio de contratação direta com empresas estrangeiras.
- e) Elas devem atender à totalidade dos seus mercados sem necessidade de prestar garantias financeiras.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO*Núbia Ferreira*

37. Com base na Lei Federal nº 10.257/2001, que estabelece as Diretrizes Gerais da Política Urbana, a ordenação e o controle do uso do solo são discutidos, implementados e fiscalizados de forma a mitigar práticas nocivas ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Assinale a alternativa que apresenta uma conduta alinhada com as diretrizes da referida Lei:

- a) Retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.
- b) Parcelamento do solo, edificação ou uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana.
- c) Instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, com a previsão da infraestrutura correspondente.
- d) Exposição da população a riscos de desastres.
- e) Deterioração das áreas urbanizadas.

REGIME DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI N° 8.987/1995 E ALTERAÇÕES) E NORMAS PARA OUTORGA E PRORROGAÇÕES DAS CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS (LEI N° 9.074/1995 E ALTERAÇÕES)*Herbert Almeida*

38. A empresa Beta obteve concessão para operar o sistema de transporte público de uma grande cidade por um período de vinte anos. Contudo, após dez anos de operação, o poder concedente decidiu retomar o serviço por motivo de interesse público, alegando a necessidade de modernização e melhor gestão do transporte público. Considerando a situação descrita e o previsto na Lei nº 8.987/1995, assinale a opção correta:

- a) a extinção do contrato poderá ocorrer mediante encampação do serviço pelo poder concedente, exigindo-se lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização à empresa concessionária.
- b) a retomada do serviço pelo poder concedente pode ser feita a qualquer momento e sem necessidade de prévia indenização à empresa concessionária.
- c) a concessão será extinta mediante caducidade.
- d) a empresa tem direito a continuar operando até o término do prazo da concessão, sem possibilidade de assunção do serviço pelo poder concedente.
- e) a extinção do serviço, por motivo de interesse público, só pode ocorrer se a empresa concessionária concordar com a retomada do serviço pelo poder concedente.

LEI N° 9.427/1996 E ALTERAÇÕES*Mariana Moronari*

39. Segundo o disposto na Lei nº 9.427/1996, NÃO constitui receita da ANEEL:

- a) recursos oriundos da cobrança da taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica.
- b) produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrição em concurso público.
- c) rendimentos de operações financeiras que realizar.
- d) doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados.
- e) receitas provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

**LEGISLAÇÃO RELATIVA À ENERGIA
ELÉTRICA (LEIS N° 10.438/2002, 10.848/2004,
12.111/2009 E 12.783/2013)***Nick Simonek***40. São atribuições da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL:**

- a) promover, diretamente, com base no plano de outorgas e diretrizes aprovadas pelo Poder Concedente, os procedimentos licitatórios para a contratação de concessionárias e permissionárias de serviço público para produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e para a outorga de concessão ao aproveitamento de potenciais hidráulicos.
- b) articular com a PETROBRAS os critérios para fixação dos preços de transporte de combustíveis fósseis, quando destinados à geração de energia elétrica, e para arbitramento de seus valores nos casos de negociação frustrada entre os agentes envolvidos.
- c) implementar as políticas e diretrizes dos governos federal e estaduais para a exploração da energia elétrica e o aproveitamento dos potenciais hidráulicos, expedindo os atos regulamentares necessários para tanto.
- d) fixar as multas administrativas a serem impostas aos concessionários, permissionários e autorizados de instalações e serviços de energia elétrica, observado o limite, por infração, de 5% (cinco por cento) do faturamento.
- e) dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionárias, permissionárias, autorizadas, produtores independentes e autoprodutores, bem como entre esses agentes e seus consumidores.

EIXO TEMÁTICO 3**GESTÃO AMBIENTAL E TEMAS CORRELATOS***André Rocha***41. A Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei nº 6.938/1981, tem como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Em relação às disposições dessa lei, assinale a alternativa correta:**

- a) O órgão superior é o Conselho Nacional do Meio Ambiente, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
- b) É uma competência do Conselho Nacional do Meio Ambiente estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
- c) A servidão ambiental somente se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida se houver autorização do órgão ambiental competente.
- d) O Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental é o registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.
- e) É vedado o repasse de receita obtida com a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) da União para os demais entes federativos.

42. No âmbito da política ambiental, são utilizados diversos instrumentos para promover a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. Entre esses instrumentos, destacam-se os econômicos e os de comando e controle. Sobre esses instrumentos, assinale a alternativa correta:

- a) Os instrumentos de comando e controle são baseados em incentivos econômicos e financeiros para promover a adoção de práticas sustentáveis por parte das empresas e indústrias.
- b) Os instrumentos econômicos incluem a regulamentação direta das atividades poluidoras por meio de leis e normas estabelecidas pelo governo.
- c) A cobrança pelo uso de recursos ambientais e os incentivos fiscais são exemplos de instrumentos econômicos utilizados para promover a sustentabilidade ambiental.
- d) As multas e sanções administrativas são exemplos de instrumentos econômicos voltados para a punição de infrações ambientais.
- e) Os instrumentos de comando e controle se mostram pouco eficazes na promoção da sustentabilidade ambiental, na medida em que dependem da adesão voluntária das empresas.

43. A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, devem observar os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional.

Analise os itens a seguir.

I - todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático;

II – devem ser tomadas medidas para prever, evitar ou minimizar as causas identificadas da mudança

climática com origem antrópica no território nacional, sobre as quais haja razoável consenso por parte dos meios científicos e técnicos ocupados no estudo dos fenômenos envolvidos;

III - o desenvolvimento sustentável é a condição para enfrentar as alterações climáticas e conciliar o atendimento às necessidades comuns e particulares das populações e comunidades que vivem no território nacional.

Está(ão) correto(s) somente o(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III.
- e) I, II e III.

44. Considerando a necessidade de se estabelecerem definições, responsabilidades, critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, foi publicada, em 1986, a Resolução do Conama nº 001.

Segundo a referida norma, “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais” é considerada:

- a) Impacto ambiental.
- b) Poluição ambiental.
- c) Degradação da qualidade ambiental.
- d) Dano ambiental.
- e) Acidente ambiental.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL*Cadu Carrilho*

45. A legislação brasileira trata da propriedade industrial por meio de uma lei específica, trata-se da Lei 9.279 de 1996. Nessa lei encontra-se dispositivos a respeito da licença compulsória, sobre esse instituto, marque a opção correta:

- a) O titular ficará sujeito a ter a patente licenciada compulsoriamente se exercer os direitos dela decorrentes de forma abusiva, ou por meio dela praticar abuso de poder econômico, comprovado nos termos da lei, desde que seja uma decisão judicial.
- b) Ensejam licença compulsória a não exploração do objeto da patente no território brasileiro por falta de fabricação ou fabricação incompleta do produto, ou, ainda, a falta de uso integral do processo patenteado, mesmo em casos de inviabilidade econômica.
- c) Ensejam licença compulsória a comercialização que satisfizer às necessidades do mercado.
- d) Nos casos de emergência nacional ou internacional ou de interesse público declarados em lei ou em ato do Poder Executivo federal, ou de reconhecimento de estado de calamidade pública de âmbito nacional pelo Congresso Nacional, poderá ser concedida licença compulsória, de ofício, temporária e não exclusiva, para a exploração da patente ou do pedido de patente, sem prejuízo dos direitos do respectivo titular, desde que seu titular ou seu licenciado não atenda a essa necessidade.
- e) Não há previsão legal sobre licença compulsória, porém é possível que se faça licença voluntária por meio de contrato celebrado pelo próprio titular e o interessado em explorar a patente.

ENERGIA E TEMAS CORRELATOS*Mariana Moronari*

46. O órgão do Governo Federal responsável por conduzir as políticas energéticas do país é o(a):

- a) Conselho Nacional de Política Energética.
- b) Ministério de Minas e Energia.
- c) Operador Nacional do Sistema.
- d) Agência Nacional de Energia Elétrica.
- e) Empresa de Pesquisa Energética.

47. Conforme definido na Resolução Normativa ANEEL n.º 1.000/2021, que trata dos deveres dos usuários dos serviços de energia elétrica, assinale a alternativa que contempla os itens corretos.

- I-A interrupção por inadimplemento, sem a prévia notificação, caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
 - II- Não há a necessidade dos consumidores e demais usuários consultarem previamente a distribuidora no caso de aumento da carga que exigir a elevação da potência injetada.
 - III- Os consumidores do Grupo B possuem gratuidade para o aumento de carga, desde que a carga instalada não ultrapasse 50 kW.
- a) Apenas II.
 - b) I e III.
 - c) I, II e III.
 - d) Apenas o item III.
 - e) II e III.

48. A geração termoelétrica se baseia na queima de um insumo para que energia térmica seja convertida em energia elétrica por meio de um ciclo termodinâmico. Assinale a alternativa que não contempla um insumo utilizado como combustível para a devida queima em uma termoelétrica.

- a) Carvão
- b) Petróleo
- c) Gás natural
- d) Biomassa
- e) Água

49. Assinale a opção que apresenta uma fonte NÃO renovável de energia.

- a) hidráulica
- b) geotérmica
- c) bagaço de cana de açúcar
- d) gás natural
- e) oceânica

SERVIÇO PÚBLICO

Herbert Almeida

50. O serviço de distribuição de água tratada foi concedido, por determinado município, à sociedade empresária Beta, pelo prazo de vinte e cinco anos. Todavia, após diversas reclamações da população sobre a qualidade do serviço e suspeitas de descumprimento das normas contratuais, o poder concedente decidiu intervir na concessão para assegurar a adequação na prestação do serviço. Considerando as disposições da Lei nº 8.987/1995, assinale a opção correta:

- a) a intervenção na concessão pode ser feita sem a necessidade de ato formal expedido pelo poder concedente, desde que haja suspeitas de descumprimento das normas contratuais.
- b) declarada a intervenção, o poder concedente deve instaurar procedimento administrativo, no prazo de trinta dias, para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.
- c) a intervenção na concessão pode ser feita por tempo indeterminado, desde que o poder concedente julgue necessário para assegurar a adequação na prestação do serviço.
- d) caso a intervenção não observe os pressupostos legais e regulamentares, o poder concedente não tem obrigação de indenizar a concessionária, mesmo que a intervenção seja declarada nula, em razão do interesse público envolvido.
- e) cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, sem necessidade de prestação de contas pelo interventor.

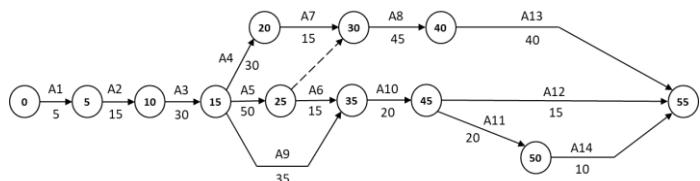
EIXO TEMÁTICO 4
PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS
Guilherme Venturim

51. No cálculo dos custos de mão de obra, a metodologia SINAPI considera – além do salário recebido pelo trabalhador – a incidência de encargos sociais e complementares.

Sobre estes custos, assinale a alternativa incorreta:

- Os encargos sociais possuem caráter obrigatório – exigidos por Leis Trabalhistas e Previdenciárias ou Acordos Sindicais – e devem ser custeados pelo empregador.
- Os estados podem possuir percentuais próprios na composição dos encargos sociais. Esses percentuais são determinados com base na legislação estadual e em acordos e convenções coletivas de trabalho que podem variar de um estado para outro.
- Devido ao caráter de trabalho temporário da mão de obra do trabalhador horista, o percentual de encargos é menor, visto que não há incidência de itens como repouso semanal remunerado, feriados e dias de chuva.
- Ferramentas manuais, EPI (Equipamento de Proteção Individual) e exames médicos obrigatórios fazem parte dos encargos complementares.
- Os encargos sociais do Grupo B são advindos da remuneração devida ao trabalhador sem que exista a prestação do serviço correspondente.

52. A metodologia PERT-CPM utiliza o conceito de redes para auxiliar no planejamento e coordenação das atividades de um projeto. Com base referida metodologia, podemos admitir que a menor duração para conclusão do projeto apresentado (em dias) é de:



- 180 dias
- 185 dias
- 150 dias
- 165 dias
- 120 dias

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS
Felipe Canella

53. Um dos componentes mais importantes do processo de gestão de risco que a norma NBR ISO 31000:2018 descreve é o tratamento de riscos. Nesse componente da etapa de processo, existem ações específicas que caracterizam um processo iterativo para se tratar ao risco, à exceção de uma:

- formular e selecionar opções para o tratamento do risco.
- planejar e implementar o tratamento do risco.
- avaliar a eficácia deste tratamento.
- decidir se o risco remanescente é aceitável.
- se for aceitável o risco, realizar tratamento adicional.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DE OBRAS*Andressa Lisboa*

54. Em relação à Modelagem da Informação da Construção, analise as assertivas abaixo e assinale V, para verdadeiras, e F, para as falsas:

- (_) IFC é um formato nativo de arquivo desenvolvido para facilitar a interoperabilidade.
- (_) A principal característica da metodologia BIM é fornecer modelos tridimensionais com alto nível de detalhamento geométrico.
- (_) Cada elemento do projeto tem seus próprios atributos e está relacionado, específica e parametricamente, com os outros objetos do projeto. Se um desses objetos for modificado, os que dependem dele também mudarão automaticamente.

- a) V - F - V.
- b) F - F - F.
- c) F - F - V.
- d) V - V - V.
- e) V - V - F.

POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS À INFRAESTRUTURA*André Rocha*

55. Leia o texto a seguir.

“O Marco Legal do Saneamento (Lei 14.026/2020) completa 4 anos nesta segunda-feira (15). A legislação estabelece a meta de alcançar 99% deve ter acesso a água potável e 90% devem ter acesso a coleta e tratamento de esgoto até dezembro 2033. Para saber mais como está a implementação da política o Revista Brasília conversou com André Machado, coordenador de relações institucionais e comunicação no Instituto Trata Brasil, que acaba de lançar estudo sobre o tema.

‘Esse marco está chamando mais atenção para o saneamento básico’, afirma. ‘A gente ainda tem no Brasil 32 milhões de brasileiros sem acesso à água tratada.’ O relatório divulgado pela instituição indica que as mudanças necessárias ainda são muito lentas, e que no ritmo atual a previsão é que as metas sejam alcançadas apenas em 2070.”

Fonte: Marco Legal do Saneamento completa quatro anos. Disponível em:
<https://radios.ebc.com.br/revista-brasilia/2024/07/marco-legal-do-saneamento-completa-4-anos>

Segundo o marco do saneamento, exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

- I - os Municípios e o Distrito Federal, no caso de interesse local;
- II - o Estado, em conjunto com os Municípios que compartilham efetivamente instalações operacionais integrantes de regiões metropolitanas, aglorações urbanas e microrregiões, instituídas por lei complementar estadual, no caso de interesse comum.
- III – A União, o Estado e os Municípios, no caso de convênios de cooperação interfederativa para que haja acesso a recursos federais na área de saneamento.

Está(ão) correto(s) somente o(s) item(ns):

- a) I
- b) I e II
- c) II e III
- d) I e III
- e) I, II e III

**POLÍTICA NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO, DE
TRANSPORTES E DA HABITAÇÃO
ESTATUTO DAS CIDADES***Núbia Ferreira*

56. Assinale a alternativa que se refere à seguinte definição: "... instrumento dinâmico de planejamento da política pública de habitação no Brasil que adota como fundamento a construção de uma metodologia técnica e participativa para sua elaboração, implementação e monitoramento."

- a) Plano de Mobilidade Urbana
- b) Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
- c) Plano Nacional de Habitação
- d) Plano Local de Urbanização
- e) Plano Diretor

**LEI NO 11.488/2007 E ALTERAÇÕES (CRIA O
REGIME ESPECIAL DE
INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO
DA INFRAESTRUTURA – REIDI)***Arthur Conde*

57. De acordo com a regulamentação do REIDI – Lei nº 11.488/2007, sobre a suspensão da exigência das contribuições PIS/Pasep e Cofins, marque a alternativa incorreta:

- a) A suspensão da exigência das contribuições PIS/Pasep e Cofins se aplica tanto à venda no mercado interno quanto à importação de bens para obras de infraestrutura.
- b) As suspensões da exigência do tributo, no caso de venda, ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado convertem-se em alíquota 0 (zero) após a utilização ou incorporação

do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.

- c) A pessoa jurídica que não utilizar o bem na obra de infraestrutura deverá recolher as contribuições não pagas, acrescidas de juros e multa de mora.
- d) Os benefícios de suspensão de contribuições se aplicam também às receitas de aluguel de máquinas para obras de infraestrutura contratadas por pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI.
- e) As suspensões de contribuições aplicam-se apenas às vendas internas de materiais de construção, não abrangendo as importações.

**INFRAESTRUTURA DE ENERGIA ELÉTRICA:
DESENVOLVIMENTO DA
INFRAESTRUTURA; COMPARTILHAMENTO
DE INFRAESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO E
TRANSMISSÃO; DECLARAÇÃO DE
UTILIDADE PÚBLICA – DUP***Mariana Moronari*

58. A REN ANEEL Nº 1.044/2022 trata do compartilhamento da infraestrutura de fornecimento de energia elétrica. Conforme a resolução, o compartilhamento não pode comprometer a segurança de pessoas e instalações, os níveis de qualidade e a continuidade da prestação dos serviços outorgados aos detentores. Neste contexto, a gestão e manutenção do ativo compartilhado é de responsabilidade:

- a) do ocupante.
- b) do detentor.
- c) do prestador se serviço Power Line Communications (PLC).
- d) da ANEEL.
- e) da ANATEL.

ACESSIBILIDADE	ACESSIBILIDADE
<p>Ricardo Torques</p> <p>59. Marcos, engenheiro e servidor público, encontra Cláudio, deficiente físico, tendo problemas para ingressar em um prédio público. Ao ajudar no acesso, Marcos aproveita para informar alguns preceitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência sobre a acessibilidade, entre os quais:</p> <ul style="list-style-type: none">a) O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral para instalações de uso público, e como facultativo para instalações de uso privado.b) Desde a etapa de concepção, as políticas públicas deverão considerar a adoção do desenho universal.c) A construção, a reforma e a ampliação de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis. Tal observação não será observada quanto houver a mudança de uso da edificação.d) A concessão de alvará de funcionamento para qualquer atividade é condicionada à observação e à certificação das regras de acessibilidade. Não haverá tal obrigatoriedade para a renovação do alvará.e) É assegurado à pessoa com deficiência, sem necessidade de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.	<p>Núbia Ferreira</p> <p>60. Sobre o projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade, entende-se por fatores de impedância:</p> <ul style="list-style-type: none">a) qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como guia de balizamento para pessoas com deficiência visual que utilizem bengala de rastreamento.b) elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres, como por exemplo, mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros.c) condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade.d) diferença perceptível visual, tátil ou sonorae) espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas

EIXO TEMÁTICO 5
ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO
Monik Begname

61. Sabe-se que o Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) refere-se a uma constelação de satélites que fornecem sinais do espaço que transmitem dados de posicionamento e temporização para receptores GNSS. O Sistema de Posicionamento Global (GPS) é o mais conhecido deles e tem origem americana. Sobre as técnicas de posicionamento em GPS, analise as afirmativas a seguir.

I. Posicionamento relativo: utilizam-se dois ou mais receptores que devem rastrear simultaneamente, pelo menos, quatro satélites em comum. Sendo assim, em um ponto de coordenadas conhecidas um receptor é instalado (base) e os demais receptores devem ser instalados no ponto a ser determinado (Rover). Ambos devem trabalhar sincronizados realizando medições em simultâneo.

II. Posicionamento relativo estático: cada época da observação terá um conjunto de coordenadas, onde um receptor ocupa a estação de referência e o outro permanece parado ou se deslocando onde há interesse. Por isso, por mais que a antena esteja se movimentando, sua trajetória é descrita por uma série de pontos. A consequência dessa captação é do usuário necessitar, de no mínimo, cinco satélites para realizar o posicionamento.

III. Posicionamento relativo cinemático: os receptores da estação de referência e o da estação de coordenadas a determinar deverão permanecer estacionados durante todo o levantamento e, assim, realizar a recepção de dados via satélite.

Está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.

- d) III, apenas.
- e) I e II, apenas.

62. As dimensões de certo terreno de forma retangular foram medidas em uma carta topográfica e os valores obtidos foram 250 mm de comprimento por 175 mm de largura. Sabendo-se que a escala do desenho é de 1:2000, qual é a área do terreno em m^2 ?

- a) 87,50 km^2
- b) 4,375 km^2
- c) 175,0 km^2
- d) 0,175 km^2
- e) 0,150 km^2

63. Acerca dos temas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, julgue os seguintes itens.

- I. O LIDAR (light detection and ranging) apresenta como vantagem o fato de que sua técnica não é atingida pela falta de luminosidade ou presença de nebulosidade, como, por exemplo, épocas chuvosas, podendo a aeronave sobrevoar em baixas altitudes e com GPS diferencial, isto é, de maior precisão.
- II. A energia utilizada no sensoriamento remoto — radiação solar — é do tipo radiação eletromagnética (REM), que se propaga em ondas com diversas características físicas, medidas em frequência e em comprimento de onda.
- III. As imagens multiespectrais são compostas por um grande número de bandas espectrais, contíguas entre si, formando a assinatura espectral de um objeto, com alta resolução espacial.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

64. Acerca dos temas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, julgue os seguintes itens.

- I. No processamento digital de imagens, são utilizadas diversas funções, entre as quais se incluem: realce por modificação de histograma, filtragem espacial, classificação estatística por máxima verossimilhança; rotação espectral (componentes principais); transformação IHS RGB; e registro.
- II. A classificação digital de imagens pode ser definida como um procedimento computacional voltado para a extração de informações de uma superfície, como cobertura e uso do solo, com base nos valores de radiância dos alvos em diferentes comprimentos de onda, identificando-os em categorias baseadas na similaridade espectral.
- III. Inserem-se no método de classificação não supervisionada os algoritmos MaxVer, paralelepípedo, mínima distância e distância de Mahalanobis. Já os algoritmos IsoSeg ou IsoData e o K-Médias pertencem ao método de classificação supervisionada.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, apenas
- b) III, apenas
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas
- e) I, II e III

65. Os Sistemas de Informações Geográficas são conjuntos de dados integrados que permitem análises espaciais. Ao utilizar o sistema plano UTM como referência, observa-se que

- a) os dados são gerados em unidades lineares.
- b) a posição das coordenadas nunca se altera.
- c) é possível criar mosaicos de grandes extensões para raster.
- d) é necessário fornecer somente o Datum.
- e) ele oferece maior distorção, ou seja, menor precisão.

ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E GEOPROCESSAMENTO

Alexandre Vastella

66. Geoprocessamento pode ser definido como um conjunto de conceitos, métodos e técnicas reunidos em torno do processamento eletrônico de dados, utilizando programas de computador que permitem o uso de informações cartográficas e informações a que se possam associar coordenadas de mapas, cartas ou plantas. Com o objetivo principal de reduzir custos de produção e manutenção de mapas, as primeiras tentativas de automação do processamento de dados ocorreram na década de 50 do século XX na Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Acerca de geoprocessamento, assinale a opção correta.

- a) A tecnologia da informação no geoprocessamento fundamenta-se apenas nos seguintes recursos: hardware, e seus dispositivos periféricos, software, e seus recursos, sistemas de telecomunicações e gestão de dados e informações.
- b) O modelo matricial do sistema de informação geográfica (SIG) está centrado nas propriedades do espaço, compartimentando-o em células regulares, que representam um único valor; quanto maior a dimensão de cada célula, menor a resolução e maior a precisão.
- c) A precisão da localização dos elementos no espaço é o foco do modelo vetorial do SIG, que utiliza três formas espaciais — o ponto, a linha e o polígono — para modelar digitalmente as entidades do mundo real.
- d) Planimetria é a ciência utilizada para a determinação e representação gráfica do relevo de encostas e montanhas.
- e) Sensoriamento remoto é a técnica de obtenção de imagens de satélite, cuja resolução espacial é proporcional à proporção e dimensão do pixel.

67. Sensoriamento remoto é um termo utilizado na área das ciências aplicadas que se refere à obtenção de imagens à distância da superfície terrestre. Essas imagens são adquiridas com o uso de aparelhos denominados sensores remotos. Por sua vez, esses sensores ou câmeras são colocados a bordo de aeronaves ou de satélites de sensoriamento remoto — também chamados de satélites de observação da Terra. Um sensor a bordo do satélite gera um produto de sensoriamento remoto denominado de imagem, ao passo que uma câmera aerofotográfica, a bordo de uma aeronave, gera um produto de sensoriamento remoto denominado de fotografia aérea.

<<http://www.inpe.br>> (com adaptações).

Neste contexto, assinale a alternativa correta:

- a) Uma imagem de sensoriamento remoto colorida é resultante da combinação das três cores básicas (azul, verde e vermelho), associadas por intermédio de filtros às imagens individuais obtidas em diferentes comprimentos de onda ou faixas espectrais.
- b) Devido ao fator distância do objeto, a qualidade das imagens produzidas por aparelhos de sensoriamento remoto é incomparavelmente inferior à das fotografias aéreas, razão pela qual estas certamente se manterão, por anos, muito mais úteis para as análises espaciais que as imagens geradas pelos sensores.
- c) O nível de detalhe com que se podem observar os objetos da superfície terrestre é uma característica importante das imagens de sensoriamento remoto, à qual se dá o nome de espectro, que é a capacidade que o sensor possui para discriminar objetos em função do seu tamanho.
- d) As atuais tecnologias em sensoriamento remoto permitem alta qualidade das imagens em qualquer situação, superando dificuldades impostas pela presença de nuvens, por exemplo.
- e) O CBERS é um projeto desenvolvido conjuntamente pelo Brasil e pela França, para desenvolvimento de pesquisas na área de

sensoriamento remoto, que colocou o Brasil no seletivo grupo de países detentores dessa tecnologia.

68. Um Sistema de Informação Geográfica (SIG) é um sistema destinado à entrada, armazenamento, manipulação, análise e visualização de dados geográficos ou espaciais.

Com relação às principais formas de representação de entidades espaciais, é correto afirmar:

- a) Na forma de representação por áreas, valores numéricos (quantidades) referentes a um determinado atributo devem necessariamente passar por um processo de transformação, da escala nominal para uma escala de razão, antes de serem inseridos na base de dados de um SIG.
- b) Os elementos pontuais abrangem todas as entidades geográficas que podem ser perfeitamente posicionadas por um único par de coordenadas x, y, z. Sua localização no espaço é feita considerando uma superfície plana.
- c) Os dados geográficos ou espaciais são representados por pontos, linhas, polígonos e pelo tempo, aos quais são associados atributos, isto é, características das feições que os representam.
- d) Os elementos lineares são na verdade um conjunto de pelo menos dois pontos, sem a necessidade de se armazenar as coordenadas, informações ou atributos, que indiquem de que tipo de linha se está tratando.
- e) Locais com risco de erosão, tipos de vegetação e estradas e rios podem ser representados num SIG, respectivamente por pontos, polígonos ou áreas e linhas.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

69. Uma amostra aleatória simples de tamanho 400 de uma variável populacional normalmente distribuída com média μ desconhecida e variância igual a 25 foi observada e indicou uma média amostral igual a 12,52. O intervalo de 95% de confiança para μ é dado por:

Dados:

Se Z tem distribuição normal padrão, $P[0 < Z < 0,45] = 1,64$; $P[0 < Z < 0,475] = 1,96$; $P[0 < Z < 0,49] = 2,33$

- a) (12,03 , 13,01)
- b) (11,65 , 13,39)
- c) (10,99 , 15,05)
- d) (10,44 , 15,60)
- e) (9,99 , 16,05)

70. Uma nova marca de lâmpada está sendo estudada. Baseado em estudos anteriores com outras marcas similares, pode-se admitir que a vida média segue uma distribuição normal com desvio padrão de 8 meses. Tendo como base estes resultados, o tamanho da amostra necessário para que a amplitude do intervalo de 95% de confiança para a vida média seja de 4 meses é de:

- a) 8
- b) 12
- c) 16
- d) 64
- e) 128

Discursiva

Nos últimos anos, políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação têm explorado a busca por fontes de energia sustentáveis, dada a urgência em reduzir a emissão de gases de efeito estufa e combater as mudanças climáticas. As energias renováveis, como solar, eólica, hídrica, maremotriz, geotérmica e bioenergia, emergem como alternativas promissoras às fontes fósseis tradicionais. Cada uma dessas fontes apresenta características únicas, benefícios específicos e desafios particulares. A transição para um futuro energético sustentável depende da combinação dessas tecnologias e da superação dos obstáculos associados a cada uma.

Com base no texto motivador, elabore um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A importância das energias renováveis na matriz energética global

Ao elaborar seu texto, aborde as vantagens e desafios de pelo menos três fontes de energia renovável, utilize argumentos fundamentados e exemplos concretos para sustentar sua posição.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>